

## Reforma Administrativa vai ser paga pelo povo que ficará sem serviços públicos

O governo federal prepara uma nova ofensiva para colocar em votação a reforma Administrativa, após as vitórias dos aliados de Jair Bolsonaro (ex-PSL) nas eleições da Câmara e do Senado, Arthur Lira (Progressistas-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), respectivamente.

Assim que os dois apoiadores do governo foram eleitos, o ministro da Economia, o banqueiro, Paulo Guedes, sinalizou ao mercado financeiro que aceita a volta do pagamento de um auxílio nos moldes do emergencial pago no ano passado por causa da pandemia do novo coronavírus, em troca da reforma Administrativa. O governo, no entanto, não deu detalhes de como seria feito e o valor do benefício a ser pago a trabalhadores desempregados e informais.

Enquanto dá uns trocados com uma mão, Guedes tira tudo com a outra.

### Entenda por que:

Como o governo diz que não tem dinheiro para pagar um novo benefício por causa do Teto dos Gastos Públicos, que congelou os investimentos governamentais, por 20 anos, Guedes, que já acenou com a volta da CPMF (imposto sobre transações financeiras), o fim do abono salarial e o congelamento dos reajustes de pensões e aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outras medidas estapafúrdias, agora acena com a reforma Administrativa em troca de um novo auxílio durante a pandemia, agravada desde o fim do ano passado por uma nova e agressiva cepa do vírus.

Segundo o diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef / Fenadsef) e da CUT, Pedro Armengol, o ministro da Economia,

negocia a aprovação de três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 186 (Emergencial), 187 (Revisão dos Fundos) e 188 (Pacto Federativo), que abririam caminho para uma reforma Administrativa mais profunda e nefasta, contida na (PEC) nº 32.

As PECs permitem o reajuste fiscal dos estados e da União, com a redução de salários e jornadas de servidores públicos de todos os entes federados, acaba com o Regime Jurídico Único (RJU) dos Servidores, e cria cinco vínculos diferenciados para esses trabalhadores, sendo que dos cinco, quatro retiram a estabilidade do servidor público.

“O fim da estabilidade e os cortes salariais afetam não apenas o bolso do servidor, mas a qualidade do atendimento ao público. O servidor ficará sob o mando do governo de plantão, o que o impossibilitará de fiscalizar tanto uma empresa como o próprio governo. Se ele não agrada ao chefe, mesmo sem motivos, pode ser demitido mais facilmente”, denuncia Armengol.

O fim da estabilidade também já foi alvo de críticas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que em nota afirmou: “a estabilidade é regra constitucional e é a maior garantia para a sociedade de que o servidor poderá desempenhar seu trabalho de forma impessoal, sem se preocupar com qualquer tipo de represália, tendo o mínimo de influências de ordem político-partidária e sem comprometer a missão final de bem atender ao cidadão”.

A preocupação de Pedro Armengol também se deve à sinalização de Bolsonaro de realizar uma reforma ministerial para agradar o

Centrão, bloco conservador que se aliou ao governo em troca de cargos, para eleger seus candidatos à Câmara e ao Senado. Além de impedir a aceitação de um pedido de impeachment, Lira e Pacheco podem priorizar a pauta de costumes que Bolsonaro tanto quer aprovar.

Com a dança das cadeiras nos ministérios e o fim da estabilidade, o toma lá, dá cá, vai provocar a substituição de servidores. Além de ser prejudicial aos trabalhadores, será também à população, que vai ter um serviço público descontinuado, e sem solução de possíveis problemas.

Outro ponto nefasto dessas medidas é o que dá autonomia absoluta ao chefe de Poder Executivo da União, dos estados e municípios a alterar a estrutura do governo a hora que bem entenderem, sem discussão com o Legislativo, permitindo que ele extinga órgãos e empresas públicas, dando um poder absolutista, de quase um rei.

Atualmente, os governos precisam do aval do Legislativo para privatizar empresas. Pela proposta construída no início do ano passado, o governo ficava previamente autorizado a privatizar todas as companhias, a não ser que houvesse manifestação expressa pela necessidade de manter o controle da atividade estatal.

Caso as propostas sejam aprovadas provocarão, também, o fim da vinculação dos recursos financeiros para a saúde e educação, de forma independente, instalando uma disputa entre as duas áreas essenciais à população.

“É a barbárie. O fim do serviço público, da saúde e da educação gratuitas e de qualquer política pública, Quem pode paga, quem não pode [a maioria] vai morrer”, Pedro Armengol.

Fonte: Condsef



## Fabricante da ivermectina diz que dados disponíveis não apontam eficácia contra a Covid-19

A farmacêutica Merck, responsável pela fabricação da ivermectina, informou em comunicado na quinta-feira (4) (veja abaixo) que não há dados disponíveis que sustentem a eficácia do medicamento contra a Covid-19. A ivermectina é um vermífugo usado para promover a eliminação de vários parasitas do corpo.

### A empresa destaca três pontos da análise:

Não há base científica para um potencial efeito terapêutico contra Covid-19 em estudos pré-clínicos;

Não há evidência significativa para atividade clínica em pacientes com a doença;

E há uma preocupante

ausência de dados sobre segurança da substância na maioria dos estudos.

"Não acreditamos que os dados disponíveis sustentem a segurança e a eficácia da ivermectina além das doses e dos grupos indicados nas informações de prescrição aprovadas por agências regulatórias", diz o comunicado.

Segundo a Merck, os cientistas seguem examinando cuidadosamente as descobertas de todos os estudos disponíveis.

### No Brasil

A ivermectina é um dos remédios que fazem parte do chamado 'Kit Covid', voltado ao suposto 'tratamento precoce' da doença.

Um levantamento feito pelo G1 apontou que a venda do medicamento teve um aumento de 557% entre 2019 (antes da pandemia) e 2020 (quando a pandemia começou).

Outros medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19 também tiveram altas expressivas nas vendas em 2020, como a hidroxicloroquina e a nitazoxanida (veja gráfico abaixo).

Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde lançou um aplicativo que recomendava o uso da ivermectina, além de outros medicamentos sem eficácia comprovada. O aplicativo saiu do ar um dia depois.

Fonte: G1

